



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI COMPLEMENTAR Nº 16/1994

Cria o Conselho Municipal De Assistência Social e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.

Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social.

V - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação de recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do Município;

VII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

VIII - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XII - convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

Art. 3º O CMAS terá a seguinte composição:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I - representantes do Governo Municipal:

- a) 2 (dois) representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Bem Estar Social;
- b) 1 (hum) representante da Secretaria de Saúde;
- c) 1 (hum) representante da Secretaria de Educação;
- d) 1 (hum) representante da Secretaria de Planejamento e Finanças;
- e) 1 (hum) representante da Secretaria de Obras e Meio Ambiente;
- f) 1 (hum) representante da Secretaria de Administração;
- g) 1 (hum) representante do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS);
- h) 1 (hum) representante do Ministério do Trabalho;
- i) 1 (hum) representante do SIAT.

II - representantes dos Prestadores de Serviço da Área:

- a) 1 (hum) representante da AMAE;
- b) 1 (hum) representante da CAPEMI;
- c) 1 (hum) representante do Asilo São Vicente e do Albergue Allan Kardec.

III - representantes dos Profissionais da Área:

- a) 1 (hum) representante dos Assistentes Sociais;
- b) 1 (hum) representante dos Psicólogos.

IV - representantes dos Usuários:

- a) 2 (dois) representantes das entidades ou associações comunitárias;
- b) 1 (hum) representante de organização religiosa;
- c) 1 (hum) representante de sindicato e entidade patronal;
- d) 1 (hum) representante de sindicato e entidade de trabalhador;
- e) 1 (hum) representante de associação de portadores de deficiência.

§1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§3º A soma dos representantes que tratam os incisos II, III e IV do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Art. 4º Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações;

II - do representante legal das entidades nos demais casos.

Parágrafo único. Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

Art. 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções.

Art. 6º O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Bem Estar Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades – membros do CMAS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único. As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e demissões, serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

Art. 10. O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 30 de dezembro de 1994.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Sec. Mun. Administração